

## A EVIDENCIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ASPECTOS DO CPC 27

### Uma análise das informações relevantes e suficientes sobre o valor líquido dos Ativos Não Circulantes na Publicação dos Balanços

Altino da Silva Dias<sup>1</sup>

#### Resumo

Este estudo teve o objetivo de analisar a evidenciação dada pelas empresas sobre o Ativo Imobilizado na publicação das Demonstrações Contábeis, após o impacto causado pela adoção das IFRS - *International Financial Reporting Standards* de forma a demonstrar as condições em que o Ativo Imobilizado é utilizado na apuração do retorno do capital investido e na qualidade das informações oferecidas aos investidores sobre os recursos aplicados. Dentre os autores pesquisados para a constituição conceitual deste trabalho, destacaram-se José Carlos Marion (2013), Paulo Schmidt (2009), Wilson Alberto Zappa Hoog (2017), Eliseu Martins (2016) e Sérgio de Iudícibus (2010). A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva quantitativa, tendo como coleta de dados o levantamento bibliográfico e a publicação das demonstrações contábeis por meio eletrônico e mídia impressa. As conclusões mais relevantes são inerentes ao grau de controle na gestão do ativo imobilizado, em relação às estimativas aplicáveis aos elementos patrimoniais fixos, bem como a evidenciação em notas explicativas consideradas na maioria dos casos insuficientes para atender aos usuários da informação contábil.

**Palavras-chave:** Ativo Não Circulante; Notas Explicativas; Prazo de Retorno; Depreciação.

#### 1. Introdução

O presente estudo **delimita-se** a analisar as condições de evidenciação do Ativo Imobilizado das empresas dentro das exigências dadas pelo pronunciamento nº 27 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que culminou na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC, tipo Técnica Geral – TG nº 27 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que está na sua quarta revisão (R4) por aquele conselho e possui tema central no item que representa um dos pontos mais importantes de aplicação de recursos da empresa.

Com destaque a atenção dada pelas empresas na evidenciação dos bens, tangíveis elencados no grupo contábil do Ativo Imobilizado, quais os critérios utilizados

---

<sup>1</sup> Contador, Mestre em Ciências Ambientais, professor universitário.

para avaliação e custo contábil, forma para definição do valor residual e critérios praticados de depreciação para publicação do valor líquido nas demonstrações contábeis como forma de informação relevante e suficiente aos usuários externos e auxiliar no processo de tomada de decisão sobre o retorno do investimento.

A revisão bibliográfica deve auxiliar na interpretação da prática dada aos elementos ativos se, está em conformidade com a resolução e, as divulgações são claras e precisas aos stakeholders no processo de tomada de decisão sobre o risco gerado destas práticas ao efetivo valor contábil publicado.

Por meio das demonstrações contábeis publicadas será apurado o índice de lucratividade sobre os ativos imobilizados, como informação complementar ao processo de tomada de decisão e fornecer um processo conjunto a outros índices que auxiliam na análise e interpretação das demonstrações contábeis.

O **objetivo geral** é analisar as informações relevantes divulgadas pelas empresas em suas demonstrações contábeis, compreender o quanto estas informações auxiliam os stakeholders no processo de tomada de decisões e avaliar a qualidade das informações se suficientes à segurança necessária na avaliação, bem como a utilização destas informações como fonte de dados de análise e retorno do investimento.

Esta pesquisa **justifica-se** pela necessidade constante das empresas em apresentar aos seus investidores informações relevantes sobre a gestão dos negócios, os critérios para a prática de determinadas estimativas contábeis e aplicação dos recursos destinados aos investimentos, em contra partida ao montante que estes investimentos são capazes de gerar em lucratividade no conjunto de todas as operações do negócio em determinado período de análise oferecendo condições aos investidores de avaliação do prazo de retorno ao capital investido.

A **metodologia** deste trabalho é a pesquisa descritiva quantitativa, tendo como coleta de dados o levantamento bibliográfico e a publicação das demonstrações contábeis, como base documental e fonte de dados dos elementos necessários a evidenciar o objeto da pesquisa.

## **2. Desenvolvimento**

Toda empresa como unidade de negócio tem o objetivo primaz de gerar riqueza por meio da sua atividade operacional. Para iniciar a atividade, entretanto os gestores devem investir os seus recursos de forma eficiente e criar as condições necessárias ao investimento e permitir o pleno desenvolvimento do negócio.

MARION et al (2013) apresenta que, a história da evolução da contabilidade, de maneira global, mostra a relação entre o desenvolvimento do conhecimento contábil e as características ambientais (política, econômica, cultural e institucional). Nos tempos primórdios, a contabilidade apresentava informações patrimoniais limitadas, em inventários de bens e transações comerciais que se baseavam em trocas. Com o surgimento da moeda e do mercantilismo a contabilidade tornou-se útil como instrumento de controle financeiro para alguns negócios.

A Contabilidade como ciência do patrimônio (DIAS, SIMKA, 2016) possui a capacidade de registrar todas as operações da empresa, desde a sua formação e o respectivo investimento inicial no capital pelos sócios ou investidores. Este registro a valor histórico será útil para apurar o prazo de retorno esperado pelo gasto dos recursos necessários à realização do empreendimento.

A divulgação aos investidores sobre o resultado dos recursos aplicados será por meio das demonstrações contábeis que possuem basicamente dois grupos, do Ativo onde serão relacionadas as aplicações dos recursos e, do Passivo onde serão relacionadas as fontes de recursos. A técnica de registro das operações aplicada pela contabilidade permite um equilíbrio destes dois grupos para auxiliar no esclarecimento sobre a sua composição e auxiliar os investidores no processo de tomada de decisão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC apresenta no seu Pronunciamento Conceitual Básico, no item 41, as seguintes considerações sobre as informações dadas nas Demonstrações Contábeis:

Demonstrações contábeis retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, agrupando-se em classes de acordo com suas características econômicas. Essas classes são chamadas de elementos das demonstrações contábeis. Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido.

A Norma Brasileira de Contabilidade, ITG 1000, dada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.418/2012 determina que uma empresa de pequeno porte deva apresentar no mínimo as seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Notas Explicativas

Isto posto, faz compreender que a análise de qualquer investidor mesmo para um pequeno negócio será amparada por uma quantidade mínima de demonstrativos que o auxiliam no processo de tomada de decisão.

No Ativo Não Circulante caracterizam-se os grupos: Investimentos, Imobilizado, Ativo Biológico, e Intangível, extinguindo-se, então, o grupo do Ativo Permanente. No Imobilizado são classificáveis os bens corpóreos que tenham como características principais a manutenção das atividades da empresa, além da transferência dos riscos, controle, e benefícios futuros gerados por este bem à companhia. (SOBRAL, MARINI, 2012).

A abordagem permitida pela contabilidade é de uma análise aos números apresentados nas demonstrações contábeis publicadas como fonte de informação ao público interessado.

YAMAMOTO, PACCEZ e MALACRIDA (2011) orientam que, o Balanço Patrimonial é uma demonstração estática que fornece informações sobre a situação patrimonial e financeira da entidade, possibilitando a obtenção de indicadores de liquidez, endividamento, estrutura de financiamento, concentração da dívida, entre vários outros possíveis.

O Balanço Patrimonial permite a classificação dos elementos no Ativo, como o grupo representativo das aplicações de recursos em elementos realizáveis no curto e longo prazo, conforme a características dos bens e direitos ali relacionados em subgrupos que apresentam estas características.

O Balanço Patrimonial é uma das mais importantes demonstrações contábeis, através da qual podemos apurar a situação patrimonial-financeira de uma entidade em determinado momento. Nesta demonstração estão claramente evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da entidade. O Ativo compreende os bens e direitos da entidade expressos em moeda nacional (...) (MARTINS, 2010, p. 31).

Com destaque ao grupo do Ativo, o Quadro 1 representa os seus principais subgrupos representativos.

Quadro 1 – Principais subgrupos do Ativo.

Circulante	Disponibilidades	Caixa e equivalentes de caixa.
	Realizável	Bens e direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente.
Não Circulante	Investimentos	Participações permanentes em outras empresas.
	Imobilizado	Bens corpóreos que tenham por destino a manutenção das atividades da companhia ou exercidos com esta finalidade.
	Intangível	Bens e direitos incorpóreos que tenham por objeto a propriedade industrial ou comercial.

Fonte: Elaborado com base em, ATTIE, p. 84, 2011.

Todos os elementos do ativo são realizáveis e considerados como Circulantes aqueles que se transformarão em caixa no período de curto prazo, como por exemplo, o estoque de mercadorias, após a sua venda pode ser imediatamente recebido do cliente em caixa da companhia. Os elementos do grupo Não Circulante demoram vários exercícios para sua realização. No caso do Imobilizado a realização será por meio da

depreciação, lançada no resultado como custo ou despesa, em contra partida ao bem no ativo que sofreu o desgaste pelo seu uso.

Como um dos principais grupos do Ativo, o Ativo Imobilizado exerce especial atenção dos investidores por tratar-se de elementos de longo prazo, que beneficiarão a empresa em vários períodos no desenvolvimento das suas atividades.

Conceitua MARTINS (2010), o Ativo Imobilizado, também chamado ativo fixo, é a parcela do ativo que representando inversões básicas e permanentes na empresa, se compõe de elementos que servem a vários ciclos operacionais e, portanto não se destinam a venda.

HOOG (2017) esclarece que, o ativo imobilizado compreende as contas representativas dos gastos com bens fixos tangíveis da empresa, logo, em caráter permanente, e destinados a servir de meios para a obtenção dos fins a que se destina uma célula social. Registra as aplicações de recursos em bens móveis ou imóveis, utilizados no exercício da empresa e expressos em unidade monetária, cujos benefícios são apropriados ou postos à disposição de uma célula social.

Para IUDÍCIBUS e MARION (2010) entende-se por Ativo Imobilizado todo ativo de natureza relativamente permanente, que se utiliza na operação dos negócios de uma empresa e que não se destina à venda. Podemos diferenciar, no conceito dado, três afirmações importantes que devem coexistir para que possamos classificar um Ativo Imobilizado:

- a) Natureza relativamente permanente. (Vida longa)
- b) Ser utilizado na operação dos negócios.
- c) Não se destinar à venda.

ATTIE (2011) afirma que, o imobilizado, em muitas companhias, compreende grande parte do total do ativo e pode consistir em uma gama imensa de tipos de bens. O exame deve ser cuidadoso, pois as operações realizadas e contabilizadas inadequadamente podem influir no saldo das contas do imobilizado devido às diferenças de taxas de depreciação aplicáveis aos grupos de bens do imobilizado.

É importante salientar que, em conformidade com as atuais normas de contabilidade e após a harmonização contábil com a adoção das IFRS - *International Financial Reporting Standards*, a Lei nº 11.638/2007 determinou novos critérios para o tratamento da depreciação sobre os ativos imobilizados, emanados no pronunciamento nº 27, do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As normas contábeis estabelecem que a diminuição do valor dos elementos classificados no Ativo Imobilizado pelo seu uso, por desgaste ou perda de utilidade, deve ser registrada periodicamente nas contas respectivas de depreciação. A contabilização da depreciação deve ocorrer pelo efetivo desgaste físico pelo uso ou perda da sua utilidade, ou então, devido à ação da natureza ou obsolescência, esclarece ATTIE (2011).

A norma contábil trata ainda, que o valor final de um bem após o seu uso e terminada a sua vida útil será considerado como ‘Valor Residual’ e não estará suscetível à depreciação.

Nesta análise se nota que o valor contábil de um bem será formado pelo seu valor de aquisição, o valor histórico e descontada a sua depreciação até aquela data, que em remota hipótese este valor será zero, tendo em vista a possibilidade sempre de recuperação do valor residual com a eventual venda de um ativo imobilizado usado.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27, no item 6, um ativo imobilizado possui duas características fundamentais:

- i. É mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias e serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos;
- ii. Espera-se utilizados por mais de um período.

A empresa como unidade de negócio para geração de riqueza obtém os seus resultados com o uso dos seus ativos e o uso dos bens classificados no imobilizado é essencial para obtenção dos lucros. Neste caso, se torna conveniente utilizar o saldo líquido dos bens imobilizados, como base de referência para avaliação do prazo de retorno ao capital investido.

É necessário desenvolver algum tipo de ligação entre as decisões operacionais específicas que devem ser tomadas e as medições de resultado de toda a organização. (...) Para que a meta da organização – ganhar dinheiro – seja atingida, deve-se trabalhar no sentido de aumentar o lucro líquido do exercício, o retorno sobre o investimento e o fluxo de caixa gerado. (SCHMIDT, SANTOS, PINHEIRO, p. 90, 2007).

Quando a discussão do retorno ao capital investido toma como base no valor que os investidores destinaram de recursos que foram imobilizados, a análise será em quanto tempo o valor de um bem será recuperado no lucro pelas vendas geradas com o uso destes bens contabilizados no grupo do Não Circulante, descontada a depreciação lançada no período.

A depreciação se refere ao reconhecimento do consumo dos benefícios econômicos futuros gerados dos ativos imobilizados, que é influenciado pelos seguintes fatores (YAMAMOTO, PACCEZ, MALACRIDA. 2011):

- Uso esperado do ativo pela entidade.
- Desgaste físico esperado.
- Obsolescência.
- Limites legais sobre o uso do ativo.

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 23, que trata das políticas contábeis, o valor residual e a vida útil de um ativo devem ser revisados pelo menos ao encerramento de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil. Destaque-se que o valor residual de um ativo estará excluído do cálculo da depreciação.

Como prescreve o Pronunciamento Técnico CPC 27, nos itens 52, 53 e 54 sobre o cálculo da depreciação e reconhecimento do valor residual, não depreciável, a saber:

52. A depreciação é reconhecida mesmo que o valor justo do ativo exceda o seu valor contábil, desde que o valor residual do ativo não exceda o seu valor contábil. A reparação e a manutenção de um ativo não evitam a necessidade de depreciá-lo.

53. O valor depreciável de um ativo é determinado após a dedução de seu valor residual. Na prática, o valor residual de um ativo frequentemente não é significativo e por isso imaterial para o cálculo do valor depreciável.

54. O valor residual de um ativo pode aumentar. A despesa de depreciação será zero enquanto o valor residual subsequente for igual ou superior ao seu valor contábil.

Neste entendimento do CPC determina-se a fórmula de cálculo da depreciação pelo método linear, mais utilizado devido a sua simplicidade. Neste método a depreciação é obtida por meio da divisão do valor a ser depreciado, que corresponde ao valor nominal do bem e subtraído o valor residual, pelo tempo de vida útil do bem, ou seja, estima-se que o bem perca o seu valor de forma constante (SCHMIDT, SANTOS, 2009).

Valor residual de um ativo é o valor estimado que a empresa obteria com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de vendas, no caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim da sua vida útil. Toda empresa utiliza cada um dos seus ativos tangíveis por um determinado tempo, sendo o mesmo desativado e vendido após se uso. Em resumo, o valor residual é o valor que o ativo tangível terá ao final de sua vida estimada pela empresa (MARION et al, 2013, p. 270).

Os esclarecimentos sobre as estimativas contábeis praticadas pela gestão da empresa serão evidenciados, isto significa dizer que na divulgação das demonstrações contábeis serão apresentadas as Notas Explicativas necessárias a melhor e clara identificação destas estimativas.

O Pronunciamento Técnico CPC 27, estabelece as Demonstrações Financeiras deverão divulgar para cada classe do Ativo Imobilizado os seguintes itens e critérios:

- Os critérios de mensuração para se determinar o valor contábil bruto.
- Os métodos de depreciação utilizados.

- As vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas para cada ativo.
- Apresentar no início e no final do período o valor contábil bruto e a depreciação acumulada, mais as eventuais perdas por redução ao valor recuperável acumulada dos ativos.
- Conciliação do valor contábil no início e no final do período.

Os investidores necessitam de informações nas demonstrações contábeis para esta avaliação, além de outros índices que possam oferecer melhor análise das informações, diminuir o grau de risco das decisões de investimento e oferecer uma expectativa de retorno ao capital investido, não importando se o negócio é uma pequena, média ou grande empresa, em todos os casos a contabilidade pode colaborar como base para a gestão.

O maior interessado na contabilidade deveria ser o proprietário da microempresa, com o objetivo de constatar se o negócio apresenta lucro compatível com as outras alternativas de investimentos ou não. Daí a necessidade de preparar um plano de contas contábil simples e objetivo que indique o resultado do período, podendo englobar algumas despesas, sem necessidade de destacá-las individualmente, para apurar o lucro (IUDÍCIBUS; MARION, 2010, p. 49).

O grau de segurança aos itens destacados no Balanço Patrimonial será evidenciado em Notas Explicativas suficientes para esclarecer se, os critérios de tratamento dados aos elementos do Ativo Imobilizado são seguros e efetivos ao cálculo das taxas de depreciação, apuração do ‘Imobilizado Líquido’ e como formação do quociente de retorno.

IUDÍCIBUS (2009) conceitua, a Contabilidade como toda metodologia que trata de operações altamente repetitivas, tem sido mais eficiente para oferecer a saída de relatórios para os interessados externos à empresa, emanados da contabilidade financeira, do que para oferecer dados e informações para tomadas de decisões especiais ou mesmo para oferecer subsídios para a “arte” de analisar e interpretar os demonstrativos financeiros. De qualquer modo, o cálculo de índices e quocientes para a análise financeira de balanços deve ser entendido dentro de suas possibilidades e limitações.

A Tabela 1 apresenta a observação aleatória das demonstrações contábeis publicadas em jornal de grande circulação Diário do Comércio e Indústria – DCI, na cidade de São Paulo tomadas como exemplo, relacionam no seu grupo do ativo elementos patrimoniais analisados para avaliação e tratamento da evidenciação em notas explicativas. A ordem das empresas será mantida nas tabelas seguintes para facilitar a interpretação dos dados pesquisados.

Tabela 1: Informações das empresas com os Balanços encerrados e publicados.

Ordem	Razão Social da empresa	Data da Publicação	CNPJ
1	Capricórnio Têxtil S.A.	08/03/2017	50.745.411/0001-38
2	Empresa Pioneira de Televisão S.A.	09/03/2017	59.152.629/0001-08
3	Gran Petro Distribuidora de Combustíveis Ltda.	09/03/2017	07.135.653/0001-27
4	CEAGESP Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo.	18/03/2017	62.463.005/0001-08
5	Hospital Alvorada Taguatinga Ltda.	21/03/2017	08.100.676/0001-69
6	Vergara e Riba Editora S.A.	29/03/2017	02.817.848/0001-80
7	Ericson Telecomunicações S.A.	29/03/2017	33.067.745/0001-27
8	IESSA Tecnologia S.A.	26/04/2017	09.523.576/0001-08
9	IPLF Holding S.A.	27/04/2017	60.651.569/0001-49
10	Companhia Nitro Química Brasileira	28/04/2017	61.150.348/0001-50
11	Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A.	23/08/2017	07.020.561/0001-00
12	Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	23/08/2017	07.024.791/0001-83
13	ADP Brasil Ltda.	19/05/2018	47.680.798/0001-23
14	Agência Click Mídia Interativa S.A.	09/06/2018	03.069.949/0001-36
15	Açucareira Quatá S.A.	19/06/2018	60.855.574/0001-73

Fonte: Elaborado pelo autor, base jornal Diário do Comércio e Indústria-DCI. A escolha das empresas foi aleatória, sem requisito prévio para observação.

Estas empresas apresentam resultados demonstrados e também publicados, de forma a indicar a sua rentabilidade sobre o ativo imobilizado, além de outros índices que promovem a análise dos investidores, indicados na Tabela 2.

Tabela 2: Resultado publicado das empresas e valor do Ativo Imobilizado.

Ordem	Valor do Ativo Imobilizado Líquido em R\$	Valor em R\$ do Patrimônio Líquido	Resultado Exercício em R\$*
1	104.833.000	176.237.000	14.524.000
2	22.559.000	34.909.000	7.486.000
3	3.929.561	11.717.964	2.380.717
4	212.248.000	211.796.000	8.367.000
5	427.358.000	860.128.000	- 10.842.000
6	817.184.000	21.563.225.000	6.360.913.000
7	64.121.000	504.881.000	90.066.000
8	207.034	436.804	771.558
9	203.073.000	293.416.000	49.992.000
10	180.827.000	184.104.000	90.119.000
11	97.100.000	151.666.000	- 6.680.000
12	353.387.000	- 207.741.000	56.084.000
13	33.552.160	120.222.639	42.367.017
14	14.473.000	226.256.000	- 32.770.000

15	571.392.000	261.167.000	16.590.000
*Quando negativo o resultado do período é prejuízo.			

Fonte: Elaborado pelo autor, base DCI – Diário do Comércio e Indústria.

Sabe-se que o ativo imobilizado exerce papel basilar para a continuidade operacional de muitas entidades, dada essa importância, torna-se imprescindível a divulgação de informações sobre o estado e a movimentação de tais ativos, principalmente para subsidiar as decisões de investidores que não possuem acesso direto à gestão da entidade. O pronunciamento CPC 27 - Ativo Imobilizado, a partir do item 73, estabelece uma série de exigências referentes a divulgação, sendo essas relacionadas principalmente ao reconhecimento, movimentação e baixa dos ativos fixos das companhias (SILVA, KUTIAANSKI, SCHERER, 2014, p. 3).

A tabela 3 apresenta o resultado dos cálculos para o grau de imobilização do capital próprio e a rentabilidade do Ativo Imobilizado, como base para apuração do prazo de retorno do investimento sobre o capital aplicado em itens não correntes do patrimônio.

Tabela 3: Grau de imobilização do Capital Próprio e Rentabilidade do Ativo Imobilizado.

Ordem	Imobilização do Capital Próprio	Rentabilidade do Ativo
1	0,59	13,9%
2	0,65	33,2%
3	0,34	60,6%
4	1,00	3,9%
5	0,50	-2,5%
6	0,04	778,4%
7	0,13	140,5%
8	0,47	372,7%
9	0,69	24,6%
10	0,98	49,8%
11	0,64	-6,9%
12	-1,70	15,9%
13	0,28	126,3%
14	0,06	-226,4%
15	2,19	2,9%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os cálculos foram elaborados com base nas publicações das demonstrações contábeis e indicam a situação da entidade para análise gerencial. O grau de imobilização do capital próprio indica o quociente em quantas vezes com relação ao Patrimônio Líquido existente na data do Balanço, houve investimento em ativo fixo, recuperável no longo prazo.

É necessário desenvolver algum tipo de ligação entre as decisões operacionais específicas que devem ser tomadas e as medições dos resultados de toda a organização. Para que a meta da organização – ganhar dinheiro – seja atingida, deve-se trabalhar no sentido de aumentar o lucro líquido do exercício, o retorno sobre o investimento e o fluxo de caixa (SCHMIDT, SANTOS, PINHEIRO, 2007, p. 90).

A rentabilidade do ativo imobilizado foi obtida por meio da divisão do resultado, o lucro, pelo valor do ativo imobilizado líquido como foi publicado e formando-se o índice em porcentagem. Quando o resultado negativo, indica a porcentagem comprometida do ativo imobilizado para suportar o prejuízo.

GRAU DE IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Este quociente, muito citado, relaciona: Imobilizado/Patrimônio Líquido. Pretende retratar qual a porcentagem dos recursos próprios que está imobilizada ou que não está em giro. Alega-se que tal quociente não deveria aproximar demais e muito menos ultrapassar 1,0 (...). Neste caso, seria muito mais importante relacionar o Imobilizado com os recursos totais, ou Ativo total, como é feito na análise vertical (IUDÍCIBUS, 2009, p. 77).

Com base na análise dos resultados é possível calcular o prazo de retorno para os investimentos realizados, nesta análise para o ativo imobilizado líquido.

Basicamente, uma empresa possui na sua saída de recursos três tipos de gastos, a Quadro 2 destaca a classificação em função da destinação desses recursos.

Quadro 2: Tipos de gastos na atividade empresarial.

Tipo do gasto:	Justificativa para a classificação:	Efeito do lançamento:
Investimento	Considera os valores registrados no ativo, como as disponibilidades, os direitos e os bens de venda ou para obtenção de renda.	Aumenta o patrimônio.
Custos	Recebe os valores necessários à atividade, no processo para fabricação dos produtos ou aplicados na prestação dos serviços e mercadorias vendidas.	Diminui o resultado.
Despesas	São os valores que serviram à administração ou necessários para obtenção das vendas das mercadorias e produtos, mas não relacionados à produção ou prestação do serviço.	Diminui o resultado.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em MARTINS (2018).

O responsável por custos faz os levantamentos e as análises necessárias e verifica o seguinte: (...) **Depreciação das Máquinas:** a empresa deprecia linearmente em valores iguais por período, e não por produto. Neste caso, o caso será tratado como custo indireto. Haveria a possibilidade de apropriar diretamente a cada produto se a depreciação fosse contabilizada de outra forma (MARTINS, 2018, p. 52).

Para este trabalho a evidenciação do Ativo Imobilizado em Notas Explicativas pelas empresas analisadas será classificada com qualidade por nível de clareza, completude e elementos relevantes fornecidos na publicação. A Tabela 4 apresenta o resultado desta análise que considerou a seguinte avaliação:

1. Quando a empresa não publicou as Notas Explicativas, com as demais demonstrações contábeis.
2. Quando na publicação das notas explicativas, não houve qualquer citação sobre o ativo imobilizado.
3. Quando foi criada uma Nota Explicativa para o Ativo Imobilizado, porém incompleta.
4. Quando foi criada uma Nota Explicativa, mas apresentou apenas a composição para o Ativo Imobilizado.
5. Quando foi criada uma Nota Explicativa completa, com detalhes da mensuração da vida útil e taxa de depreciação para o Ativo Imobilizado.

Tabela: 4 Avaliação e classificação das Notas Aplicativas publicadas.

Ordem	Razão Social da empresa	Classificação
1	Capricórnio Têxtil S.A.	5
2	Empresa Pioneira de Televisão S.A.	1
3	Gran Petro Distribuidora de Combustíveis Ltda.	1
4	CEAGESP Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo.	4
5	Hospital Alvorada Taguatinga Ltda.	2
6	Vergara e Riba Editora S.A.	2
7	Ericson Telecomunicações S.A.	4
8	IESSA Tecnologia S.A.	3
9	IPLF Holding S.A.	5
10	Companhia Nitro Química Brasileira	3
11	Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A.	1
12	Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	1
13	ADP Brasil Ltda.	5
14	Agência Click Mídia Interativa S.A.	5
15	Açucareira Quatá S.A.	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Note-se que nenhuma das publicações analisadas trouxe nas Notas Explicativas informações sobre o valor residual dos elementos relacionados no ativo imobilizado.

A importância dada aos Ativos Imobilizados da empresa é elevada e, em trabalhos especializados de auditoria, a auditoria do imobilizado tem os seguintes objetivos, entre outros (CREPALDI, 2016, p. 437):

- Determinar sua existência física e a permanência em uso;
- Determinar se pertence à empresa;
- Determinar se foram utilizados os princípios fundamentais de contabilidade, em bases uniformes;

- Determinar se o imobilizado não contém despesas capitalizadas e, por outro lado, as despesas não contém itens capitalizáveis;
- Determinar se os bens do imobilizado foram adequadamente depreciados monetariamente em bases aceitáveis.
- Determinar se está corretamente classificado nas demonstrações financeiras e se as divulgações cabíveis foram expostas com notas explicativas.

De acordo com o grau de importância do Ativo Imobilizado há necessidade de maior atenção da gestão da empresa com estes elementos, com objetivo de melhoria da performance empresarial.

### **3. Conclusão**

Após a análise dos elementos pesquisados e apoio da bibliografia apresentada, o assunto ainda pode ser explorado em diversas análises e outros contextos não mensurados neste trabalho, como forma de avaliação das expectativas gerenciais das empresas.

Com base nos resultados dos dados coletados as Demonstrações Financeiras deverão divulgar os fatores envolvendo os Ativos Imobilizados, tais como: a existência dos valores contábeis, o valor dos gastos reconhecidos nos investimentos e compromissos contratuais originados como consequência da aquisição de ativos imobilizados.

A determinação do método de depreciação e estimativa da vida útil dos bens contabilizados no Ativo Imobilizado é questão exclusiva de julgamento sob a administração da entidade que, no entanto deve evidenciar estas estimativas em notas explicativas, publicadas juntamente com as Demonstrações Contábeis.

A divulgação dos métodos de mensuração e avaliação, bem como as demais estimativas contábeis relacionadas ao ativo imobilizado fornecem aos usuários das demonstrações contábeis, os stakeholders, informações que permitem revisar as políticas adotadas pela administração, a comparação com outras entidades e avaliação de risco e prazo de retorno do investimento.

Finalmente, na amostra analisada com base nas publicações constata-se que as divulgações em notas explicativas são na sua maioria insuficientes para atender aos

usuários das informações, em alguns casos as informações sobre o ativo imobilizado foram inexistentes e impediram qualquer análise complementar inerente ao tema.

Frisem-se as informações devem ser divulgadas aos usuários da informação contábil que entendem ser relevantes para suas necessidades de tomada de decisão estratégica que envolve o ativo imobilizado.

## Referências

- ATTIE, W.. **Auditoria Conceitos e Aplicações**. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
- CREPALDI, S. A.. **Auditoria Contábil – Teoria e Prática**. 10.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2016.
- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis – **Pronunciamento Técnico**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- DIAS A. DA S.; SIMKA S.. **Contabilidade Não É Um Bicho-de-sete-cabeças**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2016.
- HOOG, W. A. Z. **Manual de Contabilidade – Plano de Contas, Escrituração e as Demonstrações Financeiras de Acordo com as IFRS**. 5.ed. Curitiba (PR): Editora Juruá, 2017.
- IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.. **Contabilidade Comercial**. Atualizado Conforme Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. 9.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade Gerencial**. 6.ed.reimp. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- MARION, J. C. et al. **Normas e Práticas Contábeis – Uma introdução**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.
- MARTINS, E. et al. **Contabilidade Introdutória – Equipe de Professores da FEA da USP**. 11.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- MARTINS, E.. **Contabilidade de Custos – Inclui o ABC**. 11.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.
- SCHMIDT P.; SANTOS J. L.; PINHEIRO P. R.. **Introdução à Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- SCHMIDT P.; SANTOS J. L.. **Contabilidade Societária**. 3.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- SILVA, M. C.; KUTIANSKI, S.; SCHERER L. M. Fatores Explicativos do Nível de Evidenciação do Ativo Imobilizado: Um Estudo nas Empresas do Setor Industrial Listadas na BM&Bovespa. In: **SEMEAD Seminários em Administração**, 17, 2014, São Paulo: USP, 2014. ISSN 2177-3866.

SOBRAL M. V. L.; MARINI P. DA C.. **O Ativo Imobilizado e o Impacto Causado Pela Adoção das Normas Contábeis Internacionais – IFRS**. 2012. Disponível em: <<https://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/1240/O%20ATIVO%20IMOBILIZADO%20E%20O%20IMPACTO%20CAUSADO%20PELA%20ADO%20C3%87%20C3%83O%20DAS%20NORMAS%20CONT%20C3%81BEIS%20INTERNACIONAIS%20-%20IFRS.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

YAMAMOTO, M. M.; PACCEZ, J. D.; MALACRIDA. **Fundamentos da Contabilidade. A nova Contabilidade no contexto global**. São Paulo. Editora Saraiva. 2011.